

APRESENTAÇÃO

A 25ª edição da REVISTA DA DEFENSORIA, é composta de seis artigos que contemplam várias temáticas de interesse sociojurídico, seja para acadêmicos, seja para operadores dos diversos órgãos do sistema de justiça.

Ao discutir a colisão entre os direitos fundamentais ao meio ambiente e à livre iniciativa **Gabriela Barboza e Cleide Calgare** enfrentam antigos dilemas hermenêuticos constitucionais de modo crítico, a partir das discussões propostas em casos concretos, em ações impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Outro importante estudo no âmbito do Direito Constitucional é feito por **Bruna Martins Aguiar** para compreender os mecanismos de utilização das normas penais em branco, enfrentando o tema da insegurança jurídica e o entendimento de acadêmicos e doutrinadores a esse respeito, partindo dos pressupostos do Supremo Tribunal Federal e seu posicionamento pela constitucionalidade dessas normas.

Também mirando a prática judicial, Tainá **Rodrigues Vieira** analisa conceitos gerais de bioética, especialmente o consentimento informado e seus vícios, no contexto do crime que ficou conhecido como “Máfia das Próteses”, em 2015, visando a chamar atenção para a pouca discussão aos princípios éticos e médicos feridos no esquema criminoso e questionando a validade deste instrumento.

Ainda voltadas para a prática e aplicabilidade do Direito, **Alice Lima, Elaine Dantas e Suellen Peranovich** discutem o olhar sistêmico para a resolução de conflitos, seja no Poder Judiciário, ou na extrajudicialidade, nos atendimentos pelos advogados (e por que não pela Defensoria?) propondo uma postura menos litigante e como possibilidade de mudança, em uma preparação prévia para a paz, com fundamento nos ensinamentos de Bert Hellinger.

Sustentando o olhar para a realidade do abandono de crianças e adolescentes e o volume gigantesco de espera por adoção no Brasil, **Caroline de Souza Emilio**, apresenta dados sobre os entraves processuais e burocracia nos procedimentos. A autora aponta para os

prejuízos psíquicos e sociais da espera, apesar dos avanços promovidos pela Lei Nacional da Adoção de 2009, que conferiu maior celeridade ao processo de adoção no país, e criou o Cadastro Nacional de Adoção., com o intuito de cruzar informações constantes no banco de dados entre crianças ou adolescentes e pretendentes para o fim de encontrar perfis compatíveis.

Finalizando esta edição de textos voltados para aplicação prática do direito e o descortinamento da realidade, **Jones Mariel Kehel e Bruna Lima** analisam as especificidades da criminalidade feminina, chamando a atenção para o contexto social em que a mulher está inserida e o rompimento de laços familiares gerado pelo cárcere, a partir de pesquisa empírica realizada com quatro detentas do Presídio Estadual de Canela (PECAN), na cidade de Canela, RS.

Boa leitura a todos(as)!

MARIANA PY MUNIZ CAPPELLARI
Defensora Pública
Coordenadora da Revista da Defensoria